

VIGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2.158/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG E A EMPRESA TOPUS CONSTRUTORA S/A

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, como sede na Av. José Cândido da Silveira, nº 1.500 – Bairro do Horto, em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 21.949888/0001-83, neste ato representada por seu Presidente, Evaldo Ferreira Vilela, inscrito no CPF: 113.547.806-63, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **TOPUS CONSTRUTORA S/A**, sediada na Avenida Barão Homem de Melo, 4.391 – Bairro Estoril, Sala 803, em Belo Horizonte, CEP 30.494-275, neste ato representada por seus diretores Alexandre Milton Lodi, inscrito no CPF nº 485.792.206-10 e Franco Meloni inscrito no CPF nº 059.994.588-54, doravante denominada **CONTRATADA**,

Considerando parecer técnico da empresa Concremat Engenharia, que faz parte integrante do presente;

Resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2.158/2010**, celebrado em 08 de outubro de 2010, de acordo com o Processo Licitatório 018/2010 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01/2010, nos termos das Leis Federais nº. 8.666, de 21/06/1993, nº. 5.194, de 24/12/1966, com suas alterações posteriores; do Decreto Estadual nº. 44.431, de 29/12/2006 e da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 09/2003 e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento o aporte de recursos, visando adequação qualitativa, nos termos do art. 65, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE RECURSOS

O repasse de recursos a ser aplicado neste termo aditivo é de R\$1.302.744,55 (um milhão trezentos e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), que será acrescentado ao valor global anterior do contrato, de R\$80.118.480,76 (oitenta milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), que passará a ser de R\$81.421.225,31 (oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o presente exercício:

2071.19.573.050.1054. 0001. 449051 03.0. 101

2071.19.122.701.2002. 0001. 449051 03.0. 101

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificam as demais cláusulas do contrato original, bem como dos Termos Aditivos, naquilo que não colidirem com os termos do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente termo será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais por conta e ônus da CONTRATANTE.


E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.



Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2016.



Prof. Evaldo Ferreira Vilela, PhD
Presidente da FAPEMIG





Alexandre Milton Lodi
Diretor da TOPUS CONSTRUTORA S/A



Franco Meloni
Diretor da TOPUS CONSTRUTORA S/A

TESTEMUNHAS:

A) 
Nome:
CPF:

B) 
Nome:
CPF:



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
de Minas Gerais - FAPEMIG

Assunto: Extrato do Vigésimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 2.158/2010. Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Contratada: Empresa Topus Construtora. Objeto: Aporte de recursos, visando adequação qualitativa, nos termos do art. 65, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93. Valor anual estimado do contrato passa a ser: R\$ 81.421.225,31 (oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos). Data de assinatura: 20/12/16. Dotação Orçamentária: 2071.19.573.050.1 054.0001.449051 03.0.101 e 2071.19.122.701.2002.0001.449051.0 3.0.101. Signatários: Alexandre Milton Lodi-Diretor da Topus Construtora S/A, Franco Meloni - Diretor da Topus Construtora S/A, Prof. Evaldo Ferreira Vilela –Presidente da FAPEMIG.

4 cm -21 908846 - 1

SOLICITAÇÃO DE INSTRUMENTO JURÍDICO

1º Parte - Preenchimento do Solicitante

DEPARTAMENTO OU UNIDADE RESPONSÁVEL: Dep. de Compras e Licitações
TIPO DE INSTRUMENTO JURÍDICO: Vigésimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato
Contrato: 2.158/2010
OUTRA PARTE: Nome Completo: Topus Construtora S.A. CNPJ: 20.491.171/0001-78 Endereço Completo: Av. Barão Homem de Melo nº4.391, Estoril, Sala: 803, Belo Horizonte CEP: 30.494-275 Nome Completo do representante legal*: Alexandre Milton Lodi CPF do representante legal *: 485.792.206-10 Cargo do representante legal *: Diretor Nome Completo do representante legal*: Franco Meloni CPF do representante legal *: 059.994.588-54 Cargo do representante legal *: Diretor
DESTINATÁRIO DAS VIAS DO INSTRUMENTO JURÍDICO* (opcional): Nome Completo: Leonei Mageste Cargo e/ou setor: Gerente. Endereço Completo: Av. Barão Homem de Melo nº4.391, Estoril, Sala: 803, Belo Horizonte CEP: 30.494-275 e-mail: topus@topusconstrutora.com.br ou leonei.mageste@topusconstrutora.com.br Telefone: 2138-5500
OBJETO DO INSTRUMENTO: O Vigésimo Sexto Termo Aditivo tem como objeto o acréscimo financeiro contratual no valor de R\$1.302.744,55 (Um milhão, trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) para conclusão da nova sede.
MOTIVAÇÃO: A celebração do Vigésimo Sexto Termo Aditivo acima solicitado tem como objeto dar continuidade a construção da nova sede da FAPEMIG, a Fundação encontra-se com as obras em andamento, tornando-se indispensável a sua continuidade para que os serviços de execução da obra não sejam interrompidos.

2ª Parte - Preenchimento da DPGF e Procuradoria

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Planejamento

Existe(m) dotação(ões) orçamentária(s) disponível(is)? Sim x Não__

As despesas correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

2071.19.573.050.1054.0001.449051.03.0.10.1

2071.19.122.701.2002.0001.449051.03.0.10.1

Assinatura do responsável: Armando Meireles Silva
M-1308371-2

Data: 16/12/2016

Ramon Pereira Souza

Gerente de Planejamento e Gestão

Data: 16/12/2016

GERÊNCIA DE FINANÇAS

Departamento Financeiro

Existem recursos financeiros disponíveis? Sim x Não__

Assinatura do responsável: Josiane Pena Soares Macieira

Data: 16/12/2016

Josiane Pena Soares Macieira
Chefe do Departamento de Finanças
Masp: 904508-9 - FAPEMIG

Luciária Terezinha Figueiredo

Gerente de Finanças

Data: 16/12/2016

Luciária Terezinha Figueiredo

Gerente de Finanças
Masp: 1006619-0

PARECER DA PROCURADORIA:

Aprovado de acordo com Nota Jurídica nº 074/16 e seus anexos.

Assinatura do Responsável: Queila Cristina Vitor Pereira

Data: 20/12/16

Queila Cristina Vitor Pereira
MAB/MG 94.683 - MASP 1300251-4
Procuradora
FAPEMIG

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Autorizo a celebração do instrumento jurídico solicitado: Sim x Não__

OBSERVAÇÕES:

Alexsander da Silva Rocha

Diretor de Planejamento Gestão e Finanças

Data: 21/12/16

VIGÊNCIA A vigência do contrato permanecerá a mesma, tendo como término o dia 31/05/2017 em caráter excepcional.

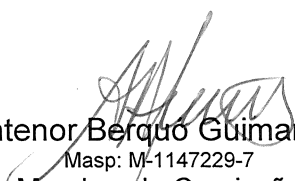
VALOR*: Este termo aditivo prevê acréscimo no valor de R\$1.302.744,55 (Um milhão, trezentos e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) para conclusão da nova sede, totalizando 35,84% do valor original do contrato.

DOCUMENTOS ANEXOS: sim.


Os documentos são:

Cópia da CI.COM.INFRAESTRUTURA N°14/2016;

Cópia CONCREMAT 9.7.8.116/2016/0422 – Contrato de Prestação de Serviço n° 2.158/2010.



Antenor Berquo Guimarães
Masp: M-1147229-7
Membro da Comissão



Elídia de Almeida Caldeira
Masp: 1164574-4
Membro da Comissão



Ricardo Luiz Barbosa Guimarães
Masp: 361792-5
Coordenador da Comissão de Infraestrutura

DATA: 19 / 12 / 2017

CI. COM.INFRAESTRUTURA Nº 4/2016.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016.

De: Comissão de Infraestrutura
Para: Regina Almeida Mattos
PROCURADORIA

Senhora Procuradora,

Temos firmado com a empresa TOPUS CONSTRUTORA S/A contrato Nº 2.158/10 para execução de serviços de engenharia para construção da nova sede da FAPEMIG, com vigência de 09/10/2010 até 30/10/2016.

O escopo do contrato sofreu diversas alterações por questões técnicas relacionadas aos projetos de implantação, de instalações e de estrutura, motivos estes que alteraram o prazo e custo da obra.

Atualmente, a execução dos serviços da nova sede da FAPEMIG atingiu 93,12% de obra realizada e já ocupamos 6(seis) blocos/prédios desde novembro de 2014, restando, apenas, a conclusão do bloco 7.

Todos os aditamentos efetivados para a continuidade da obra em questão foram devidamente justificados pela TOPUS CONSTRUTORA S/A e pela empresa fiscalizadora da obra, CONCREMAT - ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA, com chancela dessa Procuradoria.

Em 24 de outubro de 2016 recebemos o ofício N. 9.7.8.116/2016/0422 da Concremat, empresa contratada pela FAPEMIG para gestão da obra, solicitando a realização de novo Termo Aditivo com a Topus Construtora no valor de R\$ 1.302.744,55, que acrescido aos demais termos aditivos já aprovados, totaliza 35,84% do valor original do contrato.

- Considerando o estágio avançado de execução em que os serviços realizados se encontram;
- Considerando os motivos elencados na carta Concremat, anexa.
- Considerando manifestação da empresa CONCREMAT, anexa, gerenciadora da execução dos serviços, favorável ao aditamento do contrato;

Face ao exposto e com o objetivo de executarmos os serviços que ainda faltam para conclusão da nova sede da FAPEMIG, solicitamos a V. Sª análise e parecer sobre a celebração de Termo Aditivo com a Topus Construtora, no valor proposto na carta da Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, verificada e atestada, acompanhada de seus relatórios técnicos.

Atenciosamente,


Ricardo Luiz Barbosa Guimarães
Coordenador Comissão de Infraestrutura


Elidia de Almeida Caldeira
Membro da Comissão de Infraestrutura


Antenor Berquo Guimarães
Membro da Comissão de Infraestrutura

Belo Horizonte, 07 de Novembro de 2016
9.7.8.116/2016/0422

À

FAPEMIG – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. José Cândido da Silveira 1500

Horto - Belo Horizonte - MG

A/C Dr. Ricardo Luiz Barbosa Guimarães

Chefe de Gabinete

Ref.: Contrato de Prestação de Serviço nº 2.158/2010 - Serviço de execução de obras e serviços de engenharia necessários à construção da sede da FAPEMIG.

Assunto: 26º Termo Aditivo.

Prezado,

Vimos através desta, apresentar os pleitos de custos adicionais verificados e atestados pela Concremat que irão compor o 26º Termo Aditivo.

Todos pleitos abaixo foram estudados criteriosamente e foi gerado um relatório técnico para cada solicitação.

RELAÇÃO DE PLEITOS DE CUSTOS ADICIONAIS	
169 – ESTRUTURAS METÁLICAS EXTRAS – PROJETOS FALTANTES E REFORÇO DA COBERTURA.	R\$ 298.204,89
170 – INDIRETO – NOV/16 A MAI/17.	R\$ 861.572,10
171 – ESTRUTURAS DE CONCRETO EXTRAS – PROJETOS FALTANTES.	R\$ 48.435,05
172 – REDE PLUVIAL BLOCO 07	R\$ 94.532,51
TOTAL	R\$ 1.302.744,55

Este documento consta de 4 relatórios de Pareceres de Aditivos feitos pela Gerenciadora.

O percentual de aditivo após aprovação do 26º Termo Aditivo será de 35,84%, conforme anexo.

Belo Horizonte, 07 de Novembro de 2016

9.7.8.116/2016/0422

No início de Setembro de 2016, foi visualizada uma possível anomalia nas tesouras metálicas do telhado da elevação +12.320, assim foi instalado um prumo nas tesouras dos eixos, 20, 23, 25, 27, 28 e foi realizado leituras durante 6 dias em dois períodos do dia, pela manhã e pela tarde. Os resultados são os abaixo:

Eixo	Flecha máx. (cm)
20	11,5
23	3
25	8,5
27	8
28	6

Devido às flechas apresentadas antes de serem instalados os pesos do forro acústico, instalações gerais e a Usina fotovoltaica, o Responsável Técnico pelo projeto estrutural Engº Antônio Victor foi acionado para vir à obra no dia 26/09/2016 e após visita o mesmo informou que iria estudar o caso, mas que estava extremamente proibido a instalação de qualquer peso na estrutura do telhado desde aquele exato momento.

Assim, no dia 04/10/2016 o Engº Antônio Victor nos enviou o projeto do reforço necessário para dar continuidade nos serviços demonstrando realmente que a estrutura estava com problemas estruturais e após diversos questionamentos quanto ao tipo de solução projetada, no dia 31/10/2016 o Engº Antônio Victor enviou à Concremat uma nova solução de reforço subtraindo no total 15 (quinze) toneladas de aço.

Devido ao ocorrido a obra sofrerá um grande atraso devido ao tipo de serviço que será executado nos reforços, no qual será executado a mais ou menos 15 (quinze) metros de altura em 9 (nove) elementos estruturais, 2 (duas) soldas em todas suas extensões, conforme relatório CA169 em anexo, com diversas interferências, visto que muita estrutura já foi montada. No momento desta execução nada poderá ser executado abaixo devido ao risco de queda de materiais

Aconselhamos a liberação deste aditivo com certa urgência de modo a sanar este problema estrutural que não é confortável do ponto de vista humano e de engenharia e assim abrir

Belo Horizonte, 07 de Novembro de 2016
9.7.8.116/2016/0422

frente para finalização das obras.

No ponto de vista desta Gerenciadora, a não execução dos serviços pleiteados pela construtora Topus trará mais danos ao cliente, pois, caso seja tomada a decisão de nova licitação, o prazo para conclusão se estenderá ainda mais, o cliente terá que pagar mobilização e desmobilização de outra Construtora ganhadora do novo processo, assumir o risco de desvio de responsabilidades, porque uma nova construtora irá executar um serviço totalmente especializado na estrutura já montada (Telhado do Bloco 07) pela Construtora Topus e visto que a mesma assumiu realizar estes serviços baseando no seu preço contratual diferentemente dos preços de mercado conforme consta no relatório técnico CA 169 em anexo.

Permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Leandro Gontijo Soares
Engenheiro Residente
CONCREMAT ENGENHARIA

À Comissão de Infraestrutura da FAPEMIG

Belo Horizonte/MG, 13 de dezembro de 2016.

Procedência: Comissão de Infraestrutura da Fapemig

Interessados: Comissão de Infraestrutura da Fapemig – Concremat Engenharia e Tecnologia S/A

Nota Jurídica n.070/16

EMENTA: Alteração Contratual qualitativa superior a 25% - Contrato 2.158/10 – obra de engenharia – possibilidade desde que atendidos os requisitos contidos na Decisão 215/1999-TCU- Plenário.

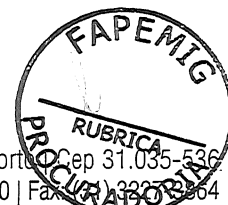
RELATÓRIO

Recebemos a CI. Com.Infraestrutruira n. 14/2016, a qual encaminhou documentação para análise desta Procuradoria, em face do pedido da Concremat Engenharia solicitando a suplementação de recursos para o contrato n. 2.158/2010, em valores que impactarão em aumento do valor original do contrato no percentual de 35,84%, segundo documento.

Informam que foi identificado na obra *“problema estrutural”* e *“visualizada uma possível anomalia nas tesouras metálicas”*.

Atestam que a obra já atingiu 93,12% de execução e que *“aconselhamos a liberação do termo aditivo com urgência de modo a sanar este problema estrutural que não é aconselhável do ponto de vista humano e de engenharia e assim abrir frente para finalização das obras”* e *“no ponto de vista desta Gerenciadora, a não execução dos serviços pleiteados pela construtora Topus trará mais danos ao cliente, pois, caso seja tomada a decisão de nova licitação, o prazo para a conclusão se estenderá ainda mais, o cliente terá de pagar mobilização e desmobilização de outra construtora (...)”*

Em face do disposto no art. no art. 65, da Lei 8.666/1993 e da decisão do Tribunal de Contas da União em que *“o gestor público não está adstrito, de forma absoluta, ao limite de 25% previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993”*, porém para que o limite legal seja ultrapassado, de forma excepcional, é necessária a demonstração dos requisitos contidos Decisão 215/1999-TCU-Plenário, assim, esta Procuradoria solicitou a demonstração técnica de atendimento aos dizeres da citada decisão e sugerimos a manifestação da Auditoria para fins de controle e fiscalização.



Nessa esteira, a Comissão de Infraestrutura da Fapemig encaminhou a CI. COM.INFRAESTRUTURA N. 15/2016, na qual atesta que *"solicitamos-lhe parecer sobre a celebração de Termo Aditivo com a Topus Construtora, no valor proposta na carta da Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, do qual estamos de acordo já que encontra-se verificada e atestada, conforme relatórios técnicos e com seus valores estabelecidos em contrato original da FAPEMIG com a Construtora Topus."* e *"(...) tratando-se apenas de questões jurídicas, ou seja, não encontrado indícios de irregularidades na execução para fins de controle e fiscalização da auditoria, submetemos a essa Procuradoria documentação para parecer."*

Anexo à mencionada Comunicação Interna a empresa Concremat, por meio do Engenheiro Leandro Gontijo Soares, apresentou as justificativas de ordem técnica, em atenção ao disposto na Decisão 215/1999-TCU-Plenário, as quais foram corroboradas pela área técnica da Fapemig - Comissão de Infraestrutura.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, salientamos que não compete a esta Procuradoria manifestar acerca da oportunidade e conveniência da solicitação do aditivo sob análise e nem dos aspectos de ordem técnica, mas tão somente quanto aos aspectos jurídicos.

Nesse sentido, a presente análise diz respeito apenas à legalidade do instrumento a ser pactuado.

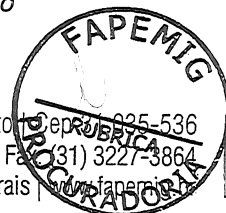
2.1 – Da Alteração Contratual

É sabido que os valores originalmente contratuais e que venham a sofrer acréscimos ou supressões, devem respeitar o disposto no art. no art. 65, da Lei 8.666/1993.

Já decidiu o Tribunal de Contas da União que *"o gestor público não está adstrito, de forma absoluta, ao limite de 25% previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993, porém para que o limite legal seja ultrapassado, de forma excepcional, é necessário a demonstração dos seguintes requisitos, segundo Decisão 215/1999-TCU-Plenário, in verbis:*

"Na Decisão 215/1999-TCU-Plenário restou esclarecido que, excepcionalmente, é facultado à Administração Pública extrapolar tal limite, 'observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos':

I. não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;



- II. não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;
- III. decorrer de fatos supervenientes que impliquem dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
- IV. não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;
- V. ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- VI. demonstrar-se – na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea ‘a’, supra – que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrifício insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravíssimas a esse interesse, inclusive quanto à sua urgência e emergência”;

Neste sentido trazemos à baila decisão recente do TCU:

GRUPO II – CLASSE III – Plenário

TC 000.522/2013-9

Natureza(s): Consulta

Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)

Interessado: Ministério dos Transportes (vinculador) (37.115.342/0001-67)

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: CONSULTA. LIMITES LEGAIS PARA ALTERAÇÕES CONTRATUAIS. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 25% SEPARADAMENTE PARA AS SUPRESSÕES E PARA OS ACRÉSCIMOS, A CADA ALTERAÇÃO. JUSTIFICATIVA. MODULAÇÃO TEMPORAL. CONHECIMENTO. CONSIDERAÇÕES.

h) “Retroagindo mais um pouco no tempo, verifica-se que a questão também fora atacada na Decisão 1.575/2002-TCU-Plenário”;

i) “há mais de dez anos, o TCU considera que os acréscimos ou as reduções/supressões sobre o valor do contrato em percentual acima dos limites legais violam a Lei 8.666/1993 e a Constituição Federal. Considera, ademais, que as reduções/supressões e os acréscimos computam-se separadamente, não sendo permitida a compensação entre seus valores”;

(...)

m) “de acordo com a visão deste Tribunal, o gestor público não está adstrito, de forma absoluta, ao limite de 25% previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993. Na Decisão 215/1999-TCU-Plenário restou esclarecido que, excepcionalmente, é facultado à Administração Pública extrapolar tal limite, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do

contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos':

I. não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II. não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

III. decorrer de fatos supervenientes que impliquem dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV. não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V. ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI. demonstrar-se – na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea 'a', supra – que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrifício insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravíssimas a esse interesse, inclusive quanto à sua urgência e emergência";

(...)

o) "esta Corte de Contas admite, excepcionalmente, que os limites fixados no referido dispositivo sejam extrapolados, desde que o gestor público observe as premissas estabelecidas na Decisão 215/1999-TCU-Plenário".

Sobre o assunto, o Acórdão 1.733/2009-Plenário disciplinou o seguinte: "9.10.2. *abstenha-se de requerer ou celebrar termos aditivos que extrapolem os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, Lei nº 8.666/1993, podendo tais limites ser ultrapassados somente quando atendidos cumulativamente todos os pressupostos estabelecidos na Decisão nº 215/1999-TCU-Plenário;* "

Por meio do documento n. 9.7.8.116/2016/0426, o Engenheiro Leandro Gontijo Soares, apresentou as justificativas de ordem técnica, em atenção ao disposto na Decisão 215/1999-TCU-Plenário, as quais foram corroboradas pela área técnica da Fapemig - Comissão de Infraestrutura.

Sempre é saudável destacar: a Lei de Licitações e Contratos veda a superação dos seus limites para fins de acréscimos, pela maioria da doutrina e precedentes dos tribunais de contas, seja ela quantitativa ou qualitativa.

Este vetor normativo tem razão na Proporcionalidade e na Razoabilidade: há contratos cujos objetos são de impossível dimensionamento exato na fase meramente teórica, na elaboração de projetos básicos e seus cálculos. Por isso mesmo, é possível que haja alterações supervenientes, e o legislador viu por bem estabelecer um limite objetivo de relativa dilatação, tendo em vista a clara possibilidade de imprevistos e outros fatos supervenientes durante a execução dos contratos.

Numa digressão interpretativa é razoável que, para atingir os fins, os meios também sejam adequados, e “adequado” nem sempre é o inicialmente planejado.

Baseado nesses mesmos princípios seria lícito observá-los, também, para fins de superação dos limites objetivos da Lei de Licitações e Contratos, em casos excepcionais.

Neste mesmo sentido, ressalta-se que a Corte de Contas admite, de forma restritiva, a inaplicabilidade dos limites quando a alteração qualitativa for consensual (e não unilateral). Para tanto, o TCU determinou no mesmo Acórdão nº 215/1999 que deveriam ser observados os pressupostos acima elencados. Acrescidos a estes trazemos uma decisão cabível ao caso em comento e que acrescenta aos pressupostos apontados a ausência de culpa do contratante ou do contratado, senão vejamos.

Neste requisito, o TCU, no acórdão nº 89/2013, destacou ainda que seria inseparável da avaliação de adequação ao acórdão nº 215/1999 a ausência de culpa do contratante ou do contratado concorrendo para a superação dos limites da Lei de Licitações e Contratos.

“É verdade que, caso confirmada a impossibilidade de fornecimento tempestivo pela fabricante (ou outra fornecedora), em princípio, estaria materializada a ausência de culpa – seja da contratante, seja da contratada – na modificação contratual. Seria, em tese, um caso fortuito, imprevisível à época da contratação (item b.III da Decisão-TCU 215/1999). Digo isso porque avalio que essa culpabilidade pela alteração – ou ausência dela – seja supedâneo inseparável para cumprimento da Decisão 215/1999-Plenário. Se a revisão for decorrente de projeto básico deficiente (situação comum), a possibilidade de ultrapassagem dos aditamentos aos limites do art. 65 da Lei de Licitações estaria já maculada. Bastaria, ao contrário, realizar um projeto básico sem qualquer elemento. Todas as alterações decorrentes seriam então “imprevisíveis”. Padece de razoabilidade o raciocínio.”

Ora, se perfeitos os elementos tocados pelo TCU, não se configura desvirtuamento do objeto licitado nem violação legal. Outrossim, desde que configurada a necessidade de se completar a execução, unida a benefícios sociais e econômicos para a sociedade, e tendo sempre em vista os encargos danosos de eventual rescisão, todos eles regados por motivos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, a alteração contratual acima do teto rígido da Lei de Licitações é possível. Ressalta-se: é uma oportunidade excepcionalíssima a favor da Administração Pública, tendo como pano de fundo o Interesse Público.

Todavia, restou demonstrado que o caso em estudo é mais complexo e não se limita ao fato de acrescentar valores ao contrato acima do limite legal, vez que foi identificado problemas no projeto estrutural elaborado pela empresa G-4 Arquitetura, conforme relatado pela Comissão de Infraestrutura, em sua CI n. 15/2016: “(...) não podemos associar a Construtora Topus já que essa é a executora e não projetista da obra, ou seja, foi contratada (...) apenas para executar o projeto desenvolvido pela G-4 Arquitetura (com contrato rescindido). Além disso, não poderia tecnicamente dar continuidade na execução dos serviços sem a devida correção de projeto, já que trata-se de problemas estruturais que coloca em risco toda a construção da obra (...). A questão do projeto realizado pela contratada G4 foi tamanha que houve a necessidade “de criação de um projeto de reforço datado de 04/10/2016 nomeado de 4624-EM-100.”

Atendendo ao proclame, o artigo 65 da Lei 8.666/93 dispõe acerca da alteração dos contratos administrativos. Eis o texto do dispositivo:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Assim, no inciso I, alínea “a”, autoriza-se a alteração contratual, pela administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos. Trata-se da alteração dita **qualitativa**.

Por conta disso, buscando aportar maior praticidade no cotejo entre os institutos, é de grande valia os critérios trazidos pelo Tribunal de Contas da União no julgamento do Acórdão nº 215/1999-plenário.

Naquela ocasião, valendo-se do ensinamento de Eros Roberto Grau, o Tribunal exemplificou, de modo didático, a diferença entre alteração qualitativa e quantitativa tomando como exemplo a pavimentação de 100 quilômetros de uma rodovia.

Explicou o Tribunal, em suma, que se o objeto contratado é a pavimentação de 100 quilômetros de uma rodovia, e, por determinado motivo (a fim de atingir o interesse público), a Administração resolve pavimentar mais 10 quilômetros dessa rodovia, nesse caso, tem-se uma alteração quantitativa. Altera-se a dimensão do objeto contratado (o qual, no caso, é acrescido).

Por outro lado, se durante a fase de planejamento a Administração previu que para executar a pavimentação de 100 quilômetros da rodovia eram necessários 1.000m³ de terraplanagem, mas, por circunstâncias supervenientes, constatou-se que seriam necessários 1.200m³ (para a realização dos mesmos 100 quilômetros de rodovia), tem-se, nesse caso, uma alteração qualitativa.

Desta explanação se extrai que a alteração qualitativa é uma condicionante para realização do próprio objeto contratado. Ela não serve como mecanismo para crescer ou diminuir o objeto inicialmente previsto, mas como instrumento para que ele possa ser atingido.

Nesse sentido, é o entendimento cunhado pelo Tribunal de Contas da União na decisão já citada:

Contudo, nas modificações quantitativas, a dimensão do objeto pode ser modificada dentro dos limites previstos no § 1.º do art. 65 da Lei 8.666/93, isto é, pode ser adquirida uma quantidade de bicicletas maior do que o originalmente previsto, desde que o acréscimo, em valor, não ultrapasse 25% do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações qualitativas, por sua vez, decorrem de modificações necessárias ou convenientes nas quantidades de obras ou serviços sem, entretanto, implicarem mudanças no objeto contratual, seja em natureza ou dimensão.

(...)

Além de consensuais, sustentamos que tais alterações devem ser necessariamente qualitativas. Estas, diferentemente das Quantitativas

que não configuram embaraços à execução do objeto como inicialmente avençado - ou são imprêscindíveis ou viabilizam a realização do objeto.

Sem a implementação das modificações qualitativas não há objeto e, por conseguinte, não há a satisfação do interesse público primário que determinou a celebração do contrato. Relembrando o exemplo de alterações qualitativas que aduzimos, verifica-se que, sem o acréscimo dos serviços de terraplanagem, não seria possível a realização dos 100km de pavimentação.

Distinta é a situação, quando a modificação contratual visa a aumentar a extensão da via de 100 para 150km - alteração quantitativa. Nesse caso, a não-alteração do contrato não impede a realização do interesse público que determinou a sua celebração, pelo menos parcialmente, uma vez que não configura óbice à execução dos 100km da via, inicialmente contratados. Alterações qualitativas são também aquelas decorrentes de modificações de projeto ou de especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração (art. 65, I, a). Objetivo da Administração é a satisfação do interesse público.

A modificação do projeto ou especificação pode ser necessária independentemente de o fato motivador ser superveniente ou de conhecimento superveniente. Tal fato, comungando a opinião de ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL (ob. cit., pp. 128/129), pode ser um 'fato da natureza quanto outro', desde que extrínsecos à relação contratual, pode ser, ainda, o 'domínio de nova tecnologia mais avançada' ou a 'disponibilidade de equipamentos tecnicamente mais aperfeiçoados'.

Segundo Marçal Justen Filho essa hipótese “dispõe sobre situações em que a execução de certo projeto evidencia-se como inviável. É impossível manter a concepção original do empreendimento eis que conduziria a resultado desastroso”.

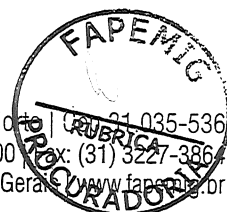
Marçal Justen Filho, em sua obra Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004, fls. 525/526, diferencia as espécies nos seguintes termos:

7) Modificações Qualitativas: Alteração do Projeto ou de suas Especificações

A melhor adequação técnica supõe a descoberta ou a revelação de circunstâncias desconhecidas acerca da execução da prestação ou a constatação de que a solução técnica anteriormente adotada não era mais a adequada. Os contratos de longo prazo ou de grande especialização são mais suscetíveis a essa modalidade de alteração. Não há muito cabimento para essa hipótese em contratos de execução instantânea ou cujo objeto seja simples e sumário.

A hipótese de al. “a” compreende as situações em que se constata supervenientemente a inadequação da concepção original, a partir da qual se promovera a contratação. Tal pode verificar-se em vista de eventos supervenientes. Assim, por exemplo, considere-se a hipótese de descoberta científica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar ou assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração.

Destarte, sem a implementação das modificações qualitativas não há objeto e, por conseguinte, não há a satisfação do interesse público primário que



determinou a celebração do contrato, conforme CI n. 15/2016: (...) *sem a devida correção de projeto, já que trata-se de problemas estruturais que coloca em risco toda a construção da obra* (...).

Verifica-se que adversidades ocorreram no projeto elaborado que geraram vários impactos negativos ao andamento da obra, conforme relatório da empresa fiscalizadora:

"No início de setembro de 2016, foi visualizado uma possível anomalia nas tesouras metálicas do telhado da elevação +12.320 (...).

Devidas às flechas apresentadas antes de serem instaladas os pesos do forro acústico, instalações gerais, (...) o Responsável técnico pelo projeto estrutural Eng. Antônio Victor foi acionado par vir à obra nodia 26/09/2016 e após visita o mesmo informou que iria estudar o caso, mas que estava extremamente proibido a instalação de qualquer peso na estrutura desde aquele exato momento.

Assim, no dia 01/10/2016 o Eng. Antônio Victor nos enviou o projeto do reforço necessário para dar continuidade nos serviços demonstrando realmente que a estrutura estava com problemas estruturais e após diversos questionamentos quanto ao tipo de solução projetada, no dia 31/10/2016 o Eng. Antônio Victor enviou à Concremat uma nova solução de reforço subtraindo no total de 15 (quinze) toneladas de aço.

Devido ao ocorrido a obra sofrerá um grande atraso devido ao tipo de serviço que será executado nos reforços, no qual será executado (...) com diversas interferências, visto que muita estrutura já foi montada. No momento desta execução nada poderá ser executado abaixo devido ao risco de queda de materiais."

Nessa linha de raciocínio e diante da afirmação da área técnica – fiscalizadora, o que foi atestado pela Comissão de Infraestrutura, de que a elaboração do termo aditivo "conforme descrito na carta 9.7.8.116/2016/0422, o assunto é de urgência e emergência (grifamos) visto que estamos retratando de problemas estruturais e não de arquitetura, algumas tesouras metálicas já atingiram leitura de flecha altíssima considerando que os principais pesos não foram instalados e assim gera um desconforto do ponto de vista de engenharia e humano ao visualizar as deformações." esta Procuradoria, **respaldada nos riscos apresentados**, realizará a elaboração do instrumento, para que novos recursos sejam repassados para a empresa executora do projeto com o intuito de sanar todas as inconformidades identificadas, em prol do interesse público primário.

Todavia, paralelo a elaboração do instrumento jurídico, necessário se faz que seja iniciada apuração administrativa para verificação de possíveis falhas na elaboração do projeto básico pela empresa G4, e consequente cumprimento contratual em desacordo com o objeto pactuado e seus responsáveis, bem como as consequências desta ocorrência, se for o caso. Para tanto, em razão das

competências de cada setor, orientamos que haja o encaminhamento da documentação para a unidade de controle interno, diante do cenário identificado.

3. CONCLUSÃO

Considerando todo o raciocínio e o contexto técnico apresentado, opinamos S.M.J, de forma favorável à elaboração do termo aditivo ao contrato 2.158/10, com fulcro no art. 65 da Lei 8.666/93, inciso I, alínea "a", com a necessidade de apuração das responsabilizações, diante do caso apresentado.

É a Nota Jurídica.



Queila Cristina Vitor Pereira

Assessora Jurídica



Regina de Almeida Mattos

Procuradora-Chefe

OABMG 1209956/MASP 1.269629-0